

1 **ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL REALIZADA EM**  
3 **10/09/2009.**

4  
5 Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, no auditório Shirley Palmeira no Instituto de  
6 Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, situado a Rua Desembargador Leão Neto do  
7 Carmo, Quadra três, Setor três – Parque dos Poderes em Campo Grande/MS, com início às quatorze  
8 horas realizou-se a quarta reunião extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos –  
9 CERH/MS, com o objetivo de apresentação e entrega por parte da Câmara Técnica Permanente de  
10 Instrumento de Gestão de Recursos Hídricos do parecer técnico da minuta final do Plano Estadual de  
11 Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso do Sul (PERH/MS). Estiveram presentes os seguintes  
12 membros do conselho nesta reunião: Lorivaldo Antônio de Paula - SEMAC; Elisabeth Arndt -  
13 IMASUL; Leonardo Sampaio Costa - IMASUL; Angélica Haralampidou – IMASUL, José Nascimento  
14 de Oliveira- SEPROTUR; Pedro Celso de Oliveira Fernandes – SEOP, Serafim Maggioni Junior –  
15 SES; Daniela de Almeida Nantes – CIDEMA; Nauile de Barros Filho – SODEPAN; Ramão Edson  
16 Fagundes Jardim – SODEPAN; Jânio Fagundes Borges - CREA; Valéria Cristina Veiga Lisita – CBH  
17 Miranda; Francisco da Cunha Monteiro Filho – SAAE Bela vista; José Carlos Queiroz – SAAE Bela  
18 Vista, Sérgio Adalberto Oliskovicz – Pantanal Energética; Sueli Santos Teixeira – Pantanal Energética;  
19 Angelin M. Assermann – Pantanal Energética; Antonio Rodrigues de Vasconcelos Filho – AHIPAR;  
20 Isaias Bernandini- FIEMS, Érico Flaviano Coimbra Paredes – FIEMS; Janaina Bonomini Pickler –  
21 FAMASUL; Vilson Mateus Bruzamarello - FAMASUL; Lincoln Curado - APAI; Darcy Dias de  
22 Azambuja – APAI. Verificando o quorum o senhor Lorivaldo Antonio de Paula fez a abertura do  
23 evento e chamou a conselheira Daniela Nantes (Cidema) para compor a Mesa que irá dirigir os  
24 trabalhos desta reunião, após verificado foi colocada para aprovação pelo conselho da ATA da  
25 Reunião da Terceira Reunião Extraordinária. O senhor Lincoln Curado (Apai) chamou a atenção para  
26 relato da ATA onde constava que o conselho era o único responsável pela aprovação do Plano Estadual  
27 de Recursos Hídricos, podendo levar a interpretação que o Estado de Mato Grosso do Sul também não  
28 fosse responsável pelo Plano; O conselheiro Lorivaldo explicou que o Governo do Estado tem cadeira  
29 no Conselho e por isso mesmo não poderia se isentar da aprovação do Plano Estadual de Recursos  
30 Hídricos; esclarecida esta dúvida, aprovou-se a ATA por unanimidade. Passando para a próxima pauta  
31 da reunião foi dada posse as Conselheiras Valéria Cristina Veiga Lisita como conselheira 1º suplente  
32 do CBH Miranda e a conselheira Janaina Bonomini Pickler como conselheira titular pela Famasul. Em  
33 seguida a conselheira Angélica Haralampidou (Imasul) leu os ofícios recebidos pela Secretaria  
34 Executiva do CERH/MS e o expediente do dia. Após estas leituras iniciaram-se as discussões e  
35 apresentação dos trabalhos objetos da reunião. Para isso a conselheira Angélica informa que houve  
36 alteração na coordenação da Câmara Técnica Permanente de Instrumentos de Gestão de Recursos  
37 Hídricos devido ao afastamento por motivo de saúde do coordenador Nilo e comunica que a  
38 conselheira Sueli (Pantanal Energética) foi eleita coordenadora e a convida então para relatar os  
39 trabalhos em relação à minuta final do PERH/MS. A conselheira Sueli Teixeira falou das competências  
40 da CTIGRH e relatou os trabalhos realizados até aquele momento. A coordenadora fala que já foram  
41 realizadas quatro reuniões desta câmara para elaborar o parecer técnico da minuta do PERH/MS. A  
42 conselheira explica que das quatro reuniões realizadas, só foi possível analisar dois capítulos do

43 PERH/MS e que devido à complexidade do plano deveria ser solicitado mais prazo para esta análise,  
44 lembrou ainda que alguns pontos do plano necessitam de mais esclarecimentos pelos coordenadores e  
45 consultores; e por isso, a necessidade da dilação do prazo solicitado, em deliberação da CTIGRH e  
46 solicita um prazo de trintas dias para dar seu parecer final. O Senhor Lorivaldo falou que o Conselho  
47 recebeu oficialmente da Câmara Técnica o pedido de mais trinta dias para escrever seu parecer final do  
48 Plano e pede para que se pactue com o conselho a data limite para receber contribuição dos  
49 conselheiros e a data limite para o parecer final da CTIGRH; A conselheira Sueli Teixeira comenta que  
50 o plano tem 10 capítulos e a CTIGRH nos primeiros 30 dias só conseguiu analisar dois capítulos e que  
51 ela não sabe se trinta dias serão suficientes para terminar os trabalhos. Na sua apresentação a  
52 Conselheira Sueli demonstra que o PERH/MS tem muitos problemas pontuais para serem corrigidos e  
53 que deve ser um trabalho feito minuciosamente, por isso mesmo, demorado, tendo que ser analisado  
54 item por item para ser um trabalho eficiente. O Conselheiro Jânio e membro da CTIGRH fala que é  
55 preciso analisar e consolidar o trabalho como um todo e que nas reuniões os membros verificaram erros  
56 que não se sabem de onde se origina, a maioria das vezes, erros de dados verificados ainda na fase de  
57 diagnóstico, e que esses erros geram efeito dominó, comprometendo as fases seguintes. Os conselheiros  
58 Jânio e Lincoln falam de erros básicos que não poderiam passar despercebidos, por isso a CTIGRH não  
59 pode ter pressa e nem pressão para aprovação do plano a toque de caixa. O conselheiro Jânio fala que a  
60 câmara técnica precisa das lembranças de cálculos feitos pelos consultores, dos métodos adotados pelos  
61 mesmos a fim de entender melhor e analisar os dados. Foi dada a sugestão de se encaminhar as partes  
62 já consolidadas pela CTIGRH para análise dos conselheiros e que fosse dado um prazo para que os  
63 conselheiros se manifestassem sobre estes dois primeiros capítulos analisados e que este rito tivesse  
64 continuidade até a aprovação do PERH/MS, ou seja, a CTIGRH passaria os capítulos 1 e 2 para análise  
65 dos conselheiros, os conselheiros teriam dez dias para se manifestarem e quando a Câmara terminasse  
66 os outros capítulos enviariam para os conselheiros e estes teriam mais dez dias para analisarem os  
67 documentos após o envio. A conselheira Sueli fala que a câmara técnica enviará a análise já no  
68 formulário padrão definido em assembléia para modificação do PERH/MS e que se houvesse  
69 contribuições dos conselheiros deveriam ser enviadas neste formulário, e assim ficou deliberado. O  
70 conselheiro Darcy Dias solicitou que este conselho agilizasse as datas das reuniões da CTIGRH para  
71 apressar o parecer final, a conselheira Angélica Haralampidou falou que as decisões sobre as datas das  
72 reuniões da CTIGRH deveriam ser discutidas pela própria câmara, e assim ficou deliberado. Voltando  
73 ao pedido inicial da Câmara Técnica sobre o adiamento da apresentação do seu parecer final, ficou  
74 deliberado que seria dado o prazo maior para o posicionamento da câmara. A conselheira Elisabeth  
75 Arndt fala que 30 dias é um prazo curto para rever os cálculos de vazão e de demanda do PERH/MS,  
76 ela demonstrada preocupação com alguns dados de hidrologia apresentados pelos consultores, dados  
77 estes que são questionáveis e que se refletem nos capítulos posteriores e até mesmo no relatório de  
78 criticidade, e isso se reflete em demandas erradas em setores importantes no estado, e cita como  
79 exemplo o setor hidrelétrico, e fala que estas demandas devem ser corrigidas pelos consultores e não  
80 pela Câmara Técnica. Após estes posicionamentos deliberou-se pelas seguintes datas: 18/09/09 – data  
81 para Reunião da CTIGRH, 29/09/09 – data limite para os conselheiros mandarem suas sugestões ou  
82 correções, 13/10/09 – Data limite para CTIGRH enviar seu parecer final e 27/10/09 – Data da Reunião  
83 do CERH. Ficando assim adiada a reunião Ordinária do CERH do dia 29/09/09 para 27/10/09. A  
84 coordenadora da CTIGRH, conselheira Sueli Teixeira, fala que tem certas demandas que tem que se

85 enviadas aos consultores contratados para execução do PERH/MS e que se deve ter tempo hábil para a  
86 resposta destes consultores. O senhor Lincoln Curado reforça que depois do 29/09/09, data limite para  
87 envio de correções dos conselheiros para câmara técnica, os consultores que necessitarem arrumar  
88 algum dado só terão o prazo do dia 29/09/09 até o dia 13/10/09 para enviarem as correções para  
89 CTIGRH; O conselheiro Lorivaldo explica que os consultores não podem firmar nenhum compromisso  
90 com a câmara, por que seus trabalhos já findaram; mas que o Governo do Estado tem a garantia de  
91 contrato com a Coordenadora Estadual do plano, senhora Magdalena Fernandes, para apoiar e  
92 responder as indagações dos conselheiros e da CTIGRH. A senhora Magdalena Fernandes,  
93 Coordenadora estadual do PERH/MS, faz uma ressalva que sua responsabilidade é sanar uma série  
94 questões relacionadas aos esclarecimentos de material que cada relatório individual, que por conta do  
95 resumo que foi realizado, a síntese não contemplou; mas que as questões sobre divergências  
96 metodológicas e sobre possíveis faltas de dados ou erros, não cabem a sua revisão. Ela reafirma que  
97 critérios técnicos adotados pelos consultores não cabem a sua revisão. Lembra que se houver  
98 necessidade de correção de dados ou critérios fora de sua responsabilidade, devem ser feitos acordos  
99 entre o MMA e a SEMAC para saná-los e ressalta que para os dados que poderiam desencadear  
100 revisões em cadeia também deveriam ser levado ao governo do Estado para uma negociação com OEA  
101 e MMA para envolvimento dos consultores do PERH/MS. Após a palavra da Magdalena os conselhos  
102 Jânio Fagundes (Crea), Darcy Dias (Apai) e senhor Lincoln Curado falam que deverão ter problemas  
103 para aprovação do plano e que estes problemas não são pequenos, por que os parâmetros utilizados e os  
104 embasamentos científicos, ou não constam ou não têm, e cita como exemplo fontes de dados de  
105 consumo de animais e da produção em cadeia, os quais não foram apresentados; o Conselheiro Darcy  
106 da um exemplo dizendo: “PERH/MS fala que 50% da produção da matéria orgânica de confinamento  
107 de animais atingem os mananciais, onde está escrito isso? e se é alicerçado em técnicas científicas?  
108 Quais técnicas? E em que entidade? ”. Logo após estas palavras se abriu uma discussão sobre o papel  
109 de trabalho de GT40 e do porque que esses assuntos não foram lembrados, analisados e discutidos  
110 neste grupo. A consultora Magdalena falou que em todo o processo o GT 40 foi ouvido e que este  
111 grupo teve acesso a todos os dados e que este grupo não se posicionou, mas fala que esta não é uma  
112 desculpa para não se corrigir novas problemáticas. O Senhor Lincoln contestou a senhora Magdalena e  
113 deu como exemplo a vazão de retorno que não constava no plano, nem mesmo o conceito estava  
114 definido, até a entrega da minuta final, continuando ainda, o senhor Lincoln falou que em julho de 2008  
115 numa reunião do GT 40, ele constou que estava escrito na página 148 do plano que o principal uso de  
116 água no estado era o abastecimento humano e que nas planilhas seguintes (página 159) indicavam a  
117 dessentação de animal como o principal uso, gerando assim contradições básicas, ele menciona que  
118 solicitou que arrumasse esta distorção, mas ela continuava dentro do plano até esta data. O Senhor  
119 Lorivaldo pede para sejam agilizados os dados que o conselho possa deliberar para que os dados que  
120 forem de responsabilidade técnica, em que os consultores e os conselheiros tenham algum conflito, que  
121 o CERH apresente suas referencias e apresente outras sugestões para se resolver. Conselheiro  
122 Lorivaldo lembra o documento entregue pelo MMA à SEMAC e que esta sendo debatido pelo conselho  
123 é um documento de referencia e que se houver ajuste a ser feito, será feito na medida do possível; e que  
124 o conselho é autônomo nas suas decisões e se ele achar que não pode aprovar o plano assim, encaminhe  
125 outro jeito de fazê-lo. A conselheira Angélica Haralampidou perguntou se todos os conselheiros  
126 receberam o formulário de proposta de modificação do plano e que se houvesse alguém que não tinha

127 recebido, solicitasse uma cópia à secretaria executiva do CERH para envio posterior. O Conselheiro  
128 Darcy Dias solicitou que a Câmara Técnica convidasse o senhor Arminio Krich da Embrapa Gado de  
129 Corte para participar da próxima reunião. O conselheiro Lorivaldo explicou que o CERH/MS não é  
130 local de fazer este pedido, por que a câmara técnica é independente para convidar quem ela quiser, ou  
131 seja, deve ser feito este pedido dentro da própria câmara técnica. Para finalizar a reunião foi aberta a  
132 palavra aos conselheiros para os informes gerais. Dentro dos informes gerais a Secretaria Estadual de  
133 Saúde convidou representantes deste conselho a participar da I Conferencia Estadual de Saúde  
134 Ambiental que será realizado nos dias 27 e 28 de outubro no Hotel Chácara do Lago em Campo  
135 Grande; Informa ainda que este conselho possa indicar representantes para participar da conferencia  
136 Estadual, podendo até indicar um representante para a Conferencia Nacional. O Conselheiro Jânio  
137 chama atenção sobre o mandato deste conselho que finda em Dezembro de 2009 e que devem começar  
138 a ser repensada a eleição e nova composição deste colegiado, como resultado desta preocupação, ficou  
139 deliberado que a eleição do conselho será objeto de pauta para a próxima Reunião Ordinária. Logo  
140 após esta deliberação deu-se por encerrada a reunião e lavrei esta presente ATA que vai assinada pelos  
141 componentes da mesa e por mim Leonardo Sampaio Costa.

142

143

144

145

146 Lorivaldo Antônio de Paula  
147 Conselheiro Titular/ SEMAC

Daniela Nantes  
Conselheiro Titular/ Cidema

148

149

Leonardo Sampaio Costa  
IMASUL / Séc. Executiva do CERH